

TOGLIATTI, GRAMSCI E OS DEBATES SOBRE O FASCISMO NOS ANOS 20 E 30

Prof.Dr. Marco Mondaini*

O primeiro elemento teórico de destaque no pensamento (ainda em fase de maturação, no segundo lustro dos anos vinte) de Togliatti foi sem sombra de dúvida o uso, originado pela sua adesão juvenil ao historicismo, da categoria de “análise diferenciada”. Utilizada, a grosso modo, durante toda a sua vida intelectual e política (excluídos os períodos mais sombrios de asfixia stalinista, como veremos mais à frente), a “análise diferenciada” constituiu-se em condição *sine qua non* para o “reconhecimento da especificidade nacional italiana”. Nas palavras de Giuseppe Vacca:

*“O campo teórico no qual se inscreve o reconhecimento nacional è por isso definido por uma bem precisa contemporaneidade ... uma contemporaneidade diferenciada e medida pelas desigualdades de desenvolvimento das forças produtivas, que se reassume sinteticamente nos caracteres nacionais das suas particularidades e diversidades.”*¹

Considerada por Ernesto Ragionieri “a mais profunda e convincente interpretação que até hoje seja sido dada do fascismo italiano”², as *Lições sobre o fascismo*, de janeiro-abril de 1935, são, inquestionavelmente, o momento maior de “análise diferenciada” levada a cabo por Togliatti até então. Outrossim, o texto descoberto em 1970 pelo próprio Ragionieri supera em muito a fórmula dada por Stálin durante o XIII Plenum da IC, em novembro de 1933, e que seria retomada por Dimitrov em seu relatório ao VII Congresso do Comintern, de julho-agosto de 1935. O fascismo, na definição togliattiana, não é apenas uma **ditadura aberta** (em novembro de 1933, Stálin disse que “o fascismo é uma ditadura terrorística aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e agressivos do capital financeiro”), mas também um **regime reacionário de massas**.³ Togliatti percebeu que, ao fascismo, não bastava mais apenas desorganizar as massas na base da violência, mas também fazer uma política de massas - daí a construção do Partido Nacional Fascista como “partido de novo tipo” da burguesia, um partido de massas.⁴

¹VACCA, Giuseppe. *Saggio su Togliatti*. e la tradizione comunista. Bari, De Donato, 1974, p. 163. O historiador Aldo Agosti localiza em *Le basi sociali del fascismo*, de maio de 1926, o primeiro ensaio togliattiano de “análise diferenciada”. Ver: *Togliatti*. Torino, UTET, 1996, pp. 90-3.

²RAGIONIERI, Ernesto. “Il giudizio sul fascismo. La lotta contro il fascismo. I rapporti con l’Internazionale comunista”. In: SPRIANO, Paolo (ed altri). *Problemi di storia del Partito Comunista Italiano*. Roma, Riuniti, 1971, pp. 46-7.

³RAGIONIERI, Ernesto. “Le lezioni sul fascismo”. In: *Palmiro Togliatti*. Roma, Riuniti, 1976, pp. 742-743.

⁴VACCA, Giuseppe. *Saggio su Togliatti* e la tradizione comunista. p. 231.

Uma análise rigorosa do escrito togliattiano parece, ademais, dar razão à hipótese formulada pelo historiador Aldo Agosti de que “Togliatti se avizinha à reflexão - a ele ainda desconhecida - que Gramsci desenvolveu nos Cadernos do Cárcere”. Isto, por um lado, ao apontar, que o fascismo não é apenas “imposição de coerção”, mas também “obtenção de consenso”, e, por outro lado, ao preocupar-se com a relação estabelecida entre o Estado fascista e as organizações de massa (da sociedade civil) criadas e/ou aparelhadas por este.⁵

Não obstante as continuidades presentes nas *Lições* (“É claro que não se pode contrapor a democracia burguesa à ditadura. Toda democracia é uma ditadura”⁶; “Como linha fundamental [da ideologia fascista] permanece: nacionalismo exasperado e analogia com a social-democracia”⁷), Togliatti raciocina no sentido de mostrar as formas pelas quais “a ditadura fascista ... se esforça em ter um movimento de massa organizando a burguesia e a pequena burguesia”⁸, “o fascismo faz ... um grandíssimo esforço para levar as massas nas suas organizações, para tê-las ligadas ao aparato da ditadura”.⁹ E, dentro desse contexto, indica nos “sindicatos” e no “*dopolavoro*” as principais organizações de massa nas quais a ditadura fascista tenta impor um caráter reacionário.¹⁰

E é precisamente neste ponto que descobrimos o primeiro rastro de um Togliatti defensor daquela estratégia que Gramsci viria a chamar de “guerra de posições”, de “luta por hegemonia nas trincheiras da sociedade civil”¹¹. Criticando as teses da juventude comunista de “sair dos sindicatos e do *dopolavoro*” e aquelas de “entrar nos sindicatos e no *dopolavoro* a fim de destruí-los”, Togliatti afirma que “**o nosso dever é de entrar nestas organizações e de organizar aí a luta pelos nossos princípios**”¹², e mais, “nós devemos apegar-nos às reivindicações próprias do *dopolavoro*, de caráter esportivo, cultural etc, e aos **motivos democráticos**”.¹³

Estava, assim, superada definitivamente a “longa noite do social-fascismo” iniciada mais do que durante o VI Congresso da Internacional Comunista, em julho de 1928, no seu X *Plenum*

⁵AGOSTI, Aldo. *Togliatti*. pp.185-91. A problemática da relação entre “coerção” e “consenso”, e “Estado” (“sociedade política”) e “sociedade civil”, em Gramsci, pode ser vista em: GRAMSCI, Antonio *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, pp. 10-1; e também na famosa carta de 7 de setembro de 1931 escrita por Gramsci à sua cunhada Tatiana Schucht da penitenciária de Turi de Bari. In: GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, pp. 222-5. O único texto gramsciano pré-carcerário, que vislumbra as questões tratadas no cárcere, conhecido por Togliatti, trata-se de *Alguns temas da questão meridional*, escrito no final de setembro de 1926 e deixado incompleto devido à sua prisão em 8 de novembro. *Alguns temas ...* foi publicado pela primeira vez em janeiro de 1930 por *Lo Stato operaio* - revista ideológica do PC d’I fundada, em fevereiro de 1927, e dirigida a partir do Centro Externo do partido, em Paris. Ver: GRAMSCI, Antonio. “Alguns temas da questão meridional” In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 135-65.

⁶TOGLIATTI, Palmiro. “Lezioni sul fascismo”. In: *Opere Scelte*. (a cura di Gianpasquale Santomassimo). Roma, Riuniti, 1974, p. 109.

⁷Ibid., p. 115.

⁸Ibid., p. 111.

⁹Ibid., p. 129.

¹⁰Ibid., lições 5 e 6.

¹¹Sobre os conceitos gramscianos de “guerra de posição” e a noção de “sociedade civil como sistema de trincheiras na guerra moderna”, ver: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, pp.73-5.

¹²TOGLIATTI, Palmiro. “Lezioni sul fascismo”. In: *Opere scelte*. (a cura di Gianpasquale Santomassimo). p. 176.

¹³Ibid., p.177. (o grifo é meu).

alargado, um ano depois. Uma concepção que traz em si muito do raciocínio político de Stálin, “não apenas na sua intolerância, mas na sua absoluta depreciação das distinções necessárias entre as formas políticas em que se exprime um domínio de classe”. Desta forma, o líder soviético “acabou colocando no mesmo plano qualitativo, moral, e até de classe, de um lado, um qualquer regime democrático-burguês e, de outro lado, um regime de tipo fascista, desvalorizando, assim, as diversas repercussões políticas e sociais que originam”.¹⁴

No decorrer do X *Plenum*, o então Partido Comunista da Itália é submetido a uma autêntica saraivada de críticas, que leva o seu grupo dirigente ao abandono do difícil trabalho político levado a cabo durante os anos de 1923-4¹⁵ - o qual obterá sua grande vitória sobre as teses maximalistas advogadas pelo até então líder Amadeo Bordiga, no III Congresso do PCd'I, em janeiro de 1926, na cidade francesa de Lyon¹⁶ - passando a se orientar pelas diretrizes cominternistas. Paolo Spriano sintetizou o duplo equívoco gerado no interior do PCd'I pelas críticas soviéticas de julho de 1929 da seguinte forma:

*“1. considerar a situação tão radicalizada a ponto de colocar na ordem do dia uma revolução proletária em Itália; 2. considerar a social-democracia em geral, mas também o socialismo italiano, composto então por um grupo de emigrados e por um pequeno grupo interno, como social-fascismo; não apenas inimigo, mas segundo a teorização da época, inimigo ainda mais perigoso que o fascismo.”*¹⁷

Ernesto Ragionieri, diferentemente de Spriano, defendeu a tese de que os italianos, e especialmente Togliatti, recusaram-se a aplicar a fórmula do social-fascismo, recuando tão somente a fim de não correr o risco de sofrer uma intervenção “do alto”, que jogasse fora o árduo esforço realizado desde 1923.

As reações de Ruggero Grieco (“Camarada Manuilskij ... vocês trabalharam muito para distanciar-nos de Bordiga; mas nem vocês nem ninguém me fará voltar ao bordiguismo”¹⁸) e de Togliatti (“... É justo ou não pôr estes problemas nas discussões com os camaradas ao centro do partido? Se o Comintern diz que não é justo, nós não o poremos mais; cada um de nós pensará estas coisas e não as falará mais; se dirá somente que a revolução antifascista será uma revolução proletária. Mas cada um de nós pensará que não é absolutamente certo que teremos a sua direção

¹⁴SPRIANO, Paolo. *Intervista sulla storia del PCI*. (a cura di Simona Colarizi). Bari, Laterza, 1979, p. 57.

¹⁵Ver, a respeito: TOGLIATTI, Palmiro. *La formazione del gruppo dirigente del Partito Comunista Italiano nel 1923-1924*. Roma, Riuniti, 1984.

¹⁶Ver, a respeito: GRAMSCI, Antonio. “Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista Italiano”. In: *A questão meridional*. pp.109-34.

¹⁷SPRIANO, Paolo. *Intervista sulla storia del PCI*, p. 68.

¹⁸Citado em : RAGIONIERI, Ernesto. “Il giudizio sul fascismo. La lotta contro il fascismo. I rapporti con l’Internazionale Comunista”. In: SPRIANO, Paolo (ed altri). *Problemi di storia del Partito Comunista Italiano*. p 40.

desde o primeiro momento e pensará que poderemos conquistá-la só no curso da luta ...”¹⁹ durante os duros debates travados no decorrer do X *Plenum* legitimam em parte o raciocínio do historiador toscano:

“A luta contra o fascismo e a participação no debate sobre a natureza do fascismo no seio da Internacional Comunista foram o sinal mais preciso daquela continuidade de inspiração. Na sua intervenção ao X Plenum, Grieco, acenando às características específicas do fascismo italiano, tinha reclamado a atenção sobre a necessidade do fascismo de criar-se uma base de massa e, trazendo ainda uma vez à luz um trabalho desenvolvido com intensidade pelo partido italiano nos anos precedentes, tinha feito deste atributo um dos sinais distintivos do fascismo italiano, não intercambiável com outra forma de reação ou ditadura. Foi este o elemento que o partido italiano não renunciou nunca, nem no determinar a própria ação em Itália, nem no avaliar a situação em Europa. Deste ponto de vista, a política da ‘svolta’, mesmo com todo o seu suporte ideológico de previsões relativas à imediata expiração dos prazos revolucionários, ou com a sobreposição à Itália de palavras de ordem permutadas de uma análise generalizante ou derivante de orientações políticas da Internacional Comunista elaboradas para outros países, não constituiu uma interrupção daquela linha, mas antes o seu aprofundamento. Através de um caminho fechado e complexo percorrido entre o X Plenum e o VII Congresso da Internacional Comunista, essa devia levar não somente à reafirmação da interpretação do fascismo como ditadura de classe e ao mesmo tempo como regime reacionário de massa, mas também ao desenvolvimento em condições diversas daquelas afrontadas por outro qualquer partido comunista daquela linha de massa que constituiu o autêntico traço de originalidade e de continuidade na história do PCI.”²⁰

Porém, se é inegável que Togliatti **aceita** a “svolta” de 1929/30 alinhando-se aos jovens radicais Pietro Secchia e Luigi Longo e dando forma ao novo grupo dirigente que seria oficializado no IV Congresso do PCd’I, realizado em abril de 1931, na cidade de Colônia, na Alemanha, também é inquestionável que Palmi (primeiro pseudônimo usado por Togliatti ainda no início dos anos vinte) **sofre** a “svolta” abrindo mão dos elementos mais avançados contidos na linha saída do Congresso de Lyon.²¹ E mais, os juízos emitidos por Togliatti, no início dos anos trinta, contra movimentos e partidos políticos explicitamente antifascistas como *Giustizia e Libertà* (“Dezoito

¹⁹Citado em: *Ibid.*, p. 42.

²⁰RAGIONIERI, Ernesto. “Togliatti, Grieco e Di Vittorio alla commissione italiana del X Plenum della IC”. In: Palmiro Togliatti. pp. 719-20.

²¹BOCCA, Giorgio. Palmiro Togliatti. Milano, Mondadori, 1991, p. 198.

intelectuais social-fascistas de *Giustizia e Libertà* ... foram repostos em liberdade em instrução ... Alguns como Ferruccio Parri, Gentili, Raffaele Cantoni, estavam entre os principais imputados”) e o Partido Socialista (“os democratas e os social-democratas são uns traidores ... Estes amanhã marcharão com os fascistas ou pegarão os seus lugares para massacrar os operários revolucionários”) tornam insustentável a tese da sua não adesão à teoria do social-fascismo.²²

Neste período, o método togliattiano da “análise diferenciada” é abalado fortemente no que diz respeito à sua eficácia enquanto instrumento de análise do real. Polemizando abertamente com Trotski, na sua intervenção durante o XII *Plenum* da IC, realizado em agosto-setembro de 1932, intitulada *Contra as falsas analogias entre a situação alemã e a situação italiana*, Togliatti, após afirmar que “esta idealização da linha de desenvolvimento do fascismo italiano é a fonte de todas as falsas analogias entre a situação alemã atual e a situação italiana de 1922”²³ (isto, apenas cinco meses antes da ascensão de Hitler ao poder, no final de janeiro de 1933!), mostra todo o retrocesso sofrido em sua capacidade de observação do mundo político ao dizer que “a essência do regime atual na Alemanha (é) o caráter de ditadura fascista, ainda sem ser todavia ditadura fascista ‘clássica’, perfeita”.²⁴

Quanta diferença daquele Togliatti alinhado com Bukárin no conflito travado com Stálin desde as vésperas do VI Congresso da IC. Então, mais precisamente no início de agosto de 1928, Togliatti publica na revista teórica cominterniana o seu estudo mais brilhante sobre o fascismo até o momento. Trata-se de uma reflexão que seria congelada forçosamente por sete anos e meio até a retomada fértil de janeiro/abril de 1935 - *A propósito do fascismo*.²⁵

Neste texto, Togliatti elenca os quatro elementos constituintes da ideologia fascista, constatando a sua finalidade na edificação de um “Estado totalitário-corporativo”, aniquilador de todo e qualquer direito civil ou político, de toda e qualquer liberdade individual ou social:

*“1. O Estado deve ser o fator determinante de toda vida social, nos seus aspectos mais diversos; 2. O cidadão não tem **direitos** (os assim ditos direitos **naturais** do século XVIII) a reivindicar de frente ao Estado, porque a origem de cada direito está no próprio Estado e não na consciência do indivíduo; 3. O Estado é um organismo que está sobre as classes, as quais até que existam serão todas consideradas e tratadas no mesmo plano; 4. A luta de classe será reabsorvida, sob a direção do Estado, em uma organização no seio da qual os diversos fatores da produção (proletários, semi-proletários e burgueses) colaborarão diretamente e organicamente com o objetivo de procurar a melhor ordem a ser dada à*

²²Citados em: Ibid., pp. 200-1.

²³TOGLIATTI, Palmiro. “Contra las falsas analogias entre la situacion alemana y la situacion italiana”. In: *Escritos políticos*. Mexico, Ediciones Era, 1971, p.294.

²⁴Ibid., p. 296.

²⁵Ver In: TOGLIATTI, Palmiro. *Opere Scelte*. (a cura di Gianpasquale Santomassimo). pp. 59-76.

produção e o sistema mais equilibrado de distribuição dos produtos. Esta organização é o Estado corporativo.”²⁶

E, mais adiante, resumirá as idéias do fascismo dizendo que estas correspondem :

*“... logicamente e perfeitamente à realidade quando proclamam o predomínio absoluto e incontestado do Estado, quando anunciam a supressão de toda **liberdade**, ainda que meramente formal e a faz desaparecer de todo sistema de direitos individuais e coletivos. Esta ideologia é o lógico coroamento da ditadura da burguesia.*”²⁷

Retomando o fio da meada, em suma, se é verossímil hipotisar que Togliatti tenha compreendido “que somente evitando uma ruptura aberta” com o Comintern seria possível ao grupo dirigente saído de Lyon “manter de algum modo viva a continuidade de inspiração que o guiou na luta contra o fascismo”²⁸ (é já clássico o relato de Angelo Tasca, em novembro de 1929, recém-expulso do partido, sobre uma confidência togliattiana a “um camarada membro da Secretaria do PC d’I”: “Nós devemos ceder sobre as questões russas e internacionais para salvar a política italiana do nosso partido. Se não, Moscou não terá algum escrúpulo em combinar uma direção de esquerda, com qualquer garoto da Escola leninista. Isto levaria à ruína do nosso trabalho de muitos anos.”²⁹), é não menos lógico concluir que as intenções togliattianas reduziram-se à necessidade de manter-se **fisicamente** na direção comunista italiana à espera de um momento mais propenso à “análise diferenciada”, mesmo que fosse necessário - como o foi na realidade - empurrá-la para “debaixo do tapete” ou deformá-la por algum tempo.

Dentro desse contexto, Massimo Salvadori parece ter desvelado uma parte da realidade deste *totus politicus* - conhecida sentença de Benedetto Croce acerca de Togliatti:

“...uma forte personalidade que reconhece no conformismo o pressuposto vital do comunismo internacional e que orienta o próprio agir segundo uma ‘ética da responsabilidade’ staliniano-internacionalista.”³⁰

Será apoiado firmemente nesta “ética da responsabilidade” (Max Weber) que Togliatti participará da “limpeza” promovida pelos “svoltistas” no interior do PC d’I, entre 1929 e 1931: depois do direitista Tasca, são expulsos do partido o ex-líder esquerdista Amadeo Bordiga, acusado

²⁶Ibid., pp. 71-2.

²⁷Ibid., p. 75.

²⁸AGOSTI, Aldo. Togliatti. p. 128.

²⁹Citado em: Ibid.

³⁰Citado em: Ibid., p. 129.

de prestar solidariedade a Trotski, “os três” que se opuseram ao projeto de Longo de “orientar todo o trabalho do partido para o retorno à Itália” - Alfonso Leonetti, Paolo Ravazzoli e Pietro Tresso -, e, por fim, o escritor Ignazio Silone, mentor intelectual destes últimos.

Tal situação não tardará a contar com a oposição **diferenciada** de dois ilustres comunistas encarcerados - aquela decidida e aberta desde o início de Umberto Terracini e a mais cautelosa e progressiva de Antonio Gramsci - descontentes, entre outras coisas, com a substituição das palavras de ordem da “assembleia constituinte” e da “revolução antifascista” pela de “revolução proletária”, e com a teoria do “social-fascismo”.³¹

A propósito, parece-nos fértil finalizar esta digressão detendo-se por alguns momentos nas indicações esparsas do Gramsci pré-cárcere sobre o fascismo. Isto, a fim de clarear não apenas a sua futura postura não totalmente explícita para com o “social-fascismo” (originada, talvez, pela sua percepção, entre 1920 e 1926, do partido socialista como “partido pseudo-proletário”, e, nos momentos de maior polêmica, até como “ala esquerda da burguesia”³²), mas também uma sua possível influência sobre a interpretação togliattiana do fascismo, de 1935.

O cientista político Carlos Nelson Coutinho sublinhou a novidade conceitual e o limite de “dimensão histórico-ontológica”³³ da análise gramsciana do fascismo: por um lado, a visualização da base de massa pequeno-burguesa do **movimento** fascista e, por outro lado, a não-percepção completa do caráter ditatorial aberto assumido pelo **regime** fascista. Caberia a Palmiro Togliatti - como foi visto acima - o trabalho singular de sistematizar uma reflexão sobre o fascismo reunindo os seus **elemento movimento e elemento regime**.³⁴

Na verdade, o pensamento gramsciano sobre o fascismo vai se saturando de determinações *pari passu* ao seu desenvolvimento histórico, entre 1920 e 1926. Assim, em novembro de 1920, o

³¹Foge dos horizontes estabelecidos previamente pela nossa pesquisa, mas não poderíamos deixar de assinalar os resultados das últimas investigações implementadas pelo historiador Paolo Spriano, que demonstraram, **fortemente embasado em fontes documentais**, a falsidade das teses sobre a “ruptura” entre Gramsci e o PC d’I, sobre a sua “expulsão” do partido e sobre um pretenso desinteresse da parte do grupo dirigente comunista pela sua sorte. Tudo isto, não obstante o dissenso político gramsciano em relação à linha política empreendida pelos comunistas italianos após a “svolta” de 1929/30. Ver, a respeito: Gramsci in carcere e il partito. Roma, L’unità, 1988; e L’ultima ricerca di Paolo Spriano. Roma, L’Unità, 1988. Ver também: VACCA, Giuseppe. “Gramsci 1926-1937: la linea d’ombra nei rapporti con il Comintern e il partito”. In: Togliatti sconosciuto. Roma, L’Unità, 1994, pp. 13-59. Contrariamente, dois exemplos da mais absoluta falta de seriedade intelectual no trato da temática das relações existentes entre Gramsci, Togliatti e o PC da Itália podem ser encontrados em: LEHNER, Giancarlo. Palmiro Togliatti. biografia di un vero stalinista. Milano, Sugarco, 1991; MACCIOCCHI, Maria Antonietta. A favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Não seria exagerado afirmar que estes trabalhos são dignos representantes de uma espécie de “ficção científica política”.

³²Ver: SPRIANO, Paolo. Gramsci in carcere e il partito. p. 50. Para a diferença do tipo de dissenso em relação a “svolta” de 1929/30, entre Gramsci e Terracini, e a falta de ênfase gramsciana na crítica ao “social-fascismo”, ver pp. 47-58.

³³Sobre a distinção entre “dimensão gnosiológica” (“referente ao nível maior ou menor de abstração **conceitual** no qual se situa o pesquisador para analisar o seu objeto”) e “dimensão histórico-conceitual” (“que se refere ao grau maior ou menor de complexificação - de concretização - da própria **realidade objetiva** com a qual o pesquisador se depara.”, ver: COUTINHO, Carlos Nelson. “A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista”. In: Marxismo e política. São Paulo, Cortez, 1994, pp. 14-5.

³⁴COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Campus, 1989, pp. 28-9.

intelectual sardo aponta o fascismo como um fenômeno não somente italiano³⁵; em julho de 1921, fala da massa dos sócios pequeno-burgueses do partido socialista que poderão aderir ao fascismo³⁶; em setembro 1924, indica que “o fato característico do fascismo consiste em ter conseguido constituir uma organização de massa da pequena burguesia”.³⁷; em novembro do mesmo ano, reflete acerca da alternância pendular da burguesia entre democracia e ditadura fascista³⁸; em maio de 1925, se apercebe da ocupação do Estado italiano (da burocracia do Estado) com indivíduos trazidos das fileiras da pequena-burguesia fascista.³⁹

Em outras palavras, o desenvolvimento da percepção gramsciana da “diversidade do fascismo dos tradicionais partidos democráticos” - que fugia a muitos dirigentes comunistas italianos⁴⁰ - dá saltos de qualidade após a “marcha sobre Roma”, em 28 de outubro de 1922, e o “delito Matteotti”, em 10 de junho de 1924. No entanto, é interrompido bruscamente pela sua prisão, em 8 de novembro de 1926, uma semana após o acontecimento que levaria o fascismo a enterrar definitivamente a democracia em Itália, a saber, o atentado contra Benito Mussolini, em 31 de outubro.

Por outro lado, a discordância gramsciana para com as teorias do “social-fascismo” e da “classe contra classe” (mais enfática em relação à segunda que ante a primeira), na passagem dos anos vinte para os anos trinta, explicitada na sua proposta de “luta por um período intermediário democrático fundado num bloco antifascista”, já se encontra esboçada nos seus escritos “pós- crise Matteotti”, onde diz que “a situação política é democrática” e não de “luta direta pelo poder”.

*Marco Mondaini é Professor de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁵Citado em: KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 35.

³⁶GRAMSCI, Antonio. “La struttura del fascismo”. In: Per la verità. scritti 1913-1926. (a cura di Renzo Martinelli). Roma, Riuniti, 1974, pp. 186.

³⁷GRAMSCI, Antonio. “A crise italiana”. In: A questão meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 100.

³⁸GRAMSCI, Antonio. “Democrazia e fascismo”. In: Per la verità. scritti 1913-1926. (a cura di Renzo Martinelli). pp. 292-298.

³⁹GRAMSCI, Antonio. “La conquista fascista dello Stato”. In: *Ibid.*, p. 304.

⁴⁰FIORI, Giuseppe. Vita di Antonio Gramsci. Bari, Laterza, 1995, pp. 185-6.